

## A União Europeia e a Segurança da Turquia

**André Barrinha**

Universidade de Kent

---

Difícil, frequentemente à beira da ruptura, mas em constante evolução. Podemos definir desta forma o processo de adesão da Turquia à União Europeia. Tais dificuldades resultam, normalmente, da falta de compreensão de um e de outro lado. Se do lado de Ancara, é por vezes notória a dificuldade em ir além do discurso do Estado-nação, do lado de Bruxelas é visível a incapacidade em compreender esse mesmo discurso e as razões a ele subjacentes; em compreender que esse discurso existe porque a Turquia se vê como um estado 'inseguro', constantemente ameaçado.

Na verdade, a Turquia situa-se num complexo quadro geopolítico, fazendo fronteira com três regiões muito distintas: de um lado países como a Grécia, Chipre e Bulgária, envolvidos nas dinâmicas da política europeia; de outro, Síria, Iraque e Irão, que não só contêm em si fortes factores de instabilidade, como se situam no instável Médio Oriente. Finalmente, a região do Cáucaso (com destaque para a Arménia), onde a Rússia detém ainda uma forte influência e onde a instabilidade mostra ser um factor permanente. Neste contexto, é pois compreensível que a Turquia tenha sido sempre um país desconfiado: desconfiado dos outros e desconfiado de si próprio, reflectindo-se isso nos diferentes tipos de ameaça que não só definem a sua agenda de segurança, como condicionam a sua actividade política interna e externamente.

Grécia, Chipre, Arménia, islamismo e a questão curda têm, com diferentes graus de prioridade, sido os principais assuntos na agenda de segurança turca nos últimos anos. A Grécia tem sido um invulgar 'inimigo', pois trata-se de um país vizinho que, paradoxalmente, partilha com a Turquia a pertença à mesma organização de segurança colectiva – a NATO. Apesar de a rivalidade histórica os ter colocado perto de um conflito armado em 1996, devido a disputas territoriais no Mar Egeu, desde os terríveis tremores de terra de 1999 (que afectaram Turquia e Grécia), as relações entre os dois países melhoraram substancialmente. A percepção grega de que uma Turquia estável e, se possível, membro da UE seria mais do seu interesse que uma Turquia agressiva e fechada sobre si, contribuiu para essa melhoria no relacionamento.

Quanto à Arménia, para além de Ancara não reconhecer a existência deste estado, até recentemente, grupos arménios levavam a cabo, de forma constante e regular, atentados terroristas contra alvos turcos dentro e fora da Turquia. Apesar da questão arménia ter evoluído no sentido de se tornar mais uma questão política, do que uma questão de segurança, as pressões de Bruxelas, de Paris e agora até dos Democratas norte-americanos para que Ancara reconheça o genocídio arménio na Primeira Guerra Mundial têm colocado este assunto no centro das atenções e exaltado espíritos nacionalistas um pouco por toda a Turquia.

O Chipre, um problema no relacionamento com a Grécia desde a década de 1960, tornou-se uma questão basilar no relacionamento entre a Turquia e a UE. Na verdade, se até agora algum papel a UE teve nesta questão, foi mais contra-producente do que positivo. Garantir a adesão dos cipriotas gregos independentemente do resultado do referendo organizado pela ONU com vista à reunificação da ilha, levou a que estes não tivessem qualquer incentivo por parte de Bruxelas a votar 'sim', o que serviu para prolongar um impasse que entretanto se tornou central nas relações entre Bruxelas e Ancara.

A questão curda, depois de alguns anos de relativa estabilidade e reformas no sentido de aumentar os direitos culturais desta minoria, reemergiu violentamente por intermédio do PKK (Partido de Trabalhadores do Curdistão), após estes terem, pouco depois da prisão do seu líder Abdullah Öcalan, em 2004, terminado o cessar-fogo declarado em 1999. A

invasão norte-americana do Iraque complicou ainda mais o problema, ao permitir que o PKK se estabelecesse e se reforçasse no Norte do Iraque. A insistência de Bruxelas nos direitos da minoria curda, sem atender de forma activa ao problema do terrorismo, tem levado a Turquia a ressentir-se do real interesse da UE em ajudar a resolver o problema.

Por fim, a ‘ameaça religiosa’. A vitória do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) nas eleições legislativas de 2002, de alguma forma atenuou esta ‘ameaça’: os sectores seculares da sociedade turca aceitaram, sem grande oposição, a governação do partido de Tayyip Erdoğan. Para isso muito contribuíram os resultados alcançados no relacionamento com Bruxelas, as profundas reformas levadas a cabo pelo governo, assim como a excelente recuperação da crise financeira de 2001. Contudo, tal aceitação foi sempre condicionada por uma enorme sensibilidade face a qualquer medida tomada pelo governo relativamente a uma possível maior influência da religião na esfera pública. A potencial eleição do ministro dos negócios estrangeiros, Abdullah Gul levou a que essas sensibilidades se tornassem mais fortes, face à possibilidade de um partido de base islâmica poder controlar todos os principais órgãos do poder político turco. A crise política daí resultante, que levou à convocação de eleições antecipadas, bem como de ameaças de intervenção por parte dos militares, serviu para mostrar o quão viva permanece a ‘ameaça religiosa’ na Turquia. De salientar, que face a esta questão, Bruxelas colocou-se sempre do lado do poder político, rejeitando qualquer intervenção militar.

A UE tem tentado levar a Turquia a modernizar-se e a consolidar-se democraticamente. Especialmente se atendermos às inúmeras reformas implementadas por Ancara para fazer face às condicionalidades de Bruxelas: praticamente todos os sectores da sociedade turca foram mais ou menos afectados por tais reformas; praticamente todas as questões da agenda política turca sofreram alterações condicionadas pela UE. Contudo, o facto de tais condicionalidades não lidarem eficazmente com as ‘ameaças’ à segurança turca e da UE não ter uma política activa de ajuda à Turquia na manutenção da sua segurança, têm levado a que Ancara percepcione o comportamento de Bruxelas como sendo, em certos casos, ambivalente, ou até contraproducente. Não se pode esperar que a Turquia seja um país totalmente aberto e democrático enquanto acreditar que a sua existência e identidade permanecem constantemente ameaçadas.